

# NIGÉRIA

## REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

Chefe de Estado e de Governo:	<b>Goodluck Jonathan</b>
Penal de morte:	<b>retencionista</b>
População:	<b>162,5 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>51,9 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>137,9 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>60,8 por cento</b>

**A situação dos direitos humanos na Nigéria deteriorou-se. Centenas de pessoas foram mortas em atos de violência comunitária e sectária politicamente motivada por todo o país, principalmente depois das eleições de abril. Os ataques violentos atribuídos à seita religiosa Boko Haram aumentaram, fazendo mais de 500 mortos. A polícia foi responsável por centenas de homicídios, a maior parte dos quais não foram investigados. O sistema judicial continuou a ser ineficaz. Cerca de dois terços dos presos continuavam a aguardar julgamento. No corredor da morte estavam 982 pessoas. Não houve registo de execuções. Prosseguiram os desalojamentos forçados em todo o país, e a violência contra as mulheres continuou a ser comum.**

### **Antecedentes**

Em abril, o presidente Goodluck Jonathan foi declarado vencedor das eleições presidenciais. Seguiram-se ataques violentos e motins, que fizeram centenas de mortos. O presidente promulgou várias propostas de lei, incluindo a Lei da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em fevereiro, a Lei da Liberdade de Informação em maio, e as Leis da Assistência Jurídica e do Terrorismo em junho.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos tinha poder para investigar as violações dos direitos humanos e visitar esquadras e outros locais de detenção. Até ao final do ano, porém, as verbas para financiar a Comissão ainda não tinham sido disponibilizadas.

A corrupção continuou a ser endémica. Em novembro, o presidente demitiu a presidente da Comissão dos Crimes Económicos e Financeiros, seis meses antes do final do seu mandato. Não foi dada qualquer explicação. O presidente aprovou ainda um aumento de 12 500 nairas (cerca de 60 Euros) no ordenado mínimo, para 18 000 nairas (cerca de 86 Euros). 1,3 milhões de pessoas continuavam deslocadas internamente no país.

### **Homicídios e desaparecimentos forçados**

As operações policiais continuaram a ser caracterizadas por violações dos direitos humanos. Centenas de pessoas foram vítimas de homicídios, frequentemente antes ou durante a detenção em plena rua. Outras foram torturadas até à morte sob custódia policial. Muitos destes homicídios podiam ser considerados execuções extrajudiciais. Muitas pessoas desapareceram quando se encontravam sob custódia policial. Poucos agentes da polícia foram responsabilizados, deixando os familiares das vítimas ou desaparecidos sem justiça. Cada vez mais os polícias vestiram-se à paisana ou usaram uniformes sem identificação, o que fazia com que fosse muito mais difícil as pessoas queixarem-se de determinados agentes.

■ A 19 de abril, Chibuike Orduku foi detido pela polícia na sua casa em Ubinini, estado de Rivers, e levado juntamente com outros três homens não identificados. Chibuike Orduku foi visto pela última vez pela irmã a 5 de maio. Alegou ter sido torturado e privado de comida e água. O paradeiro dos quatro homens era desconhecido.

■ A 2 de novembro, polícias do Esquadrão de Intervenção Rápida de Port Harcourt (SOS) mataram três homens no Cais de Abonnema e detiveram outros quatro. Dois foram libertados, mas os outros dois ficaram na prisão. Testemunhas dizem que a comunidade estava calma antes da chegada da polícia. A polícia recusou entregar os corpos dos três homens às famílias para serem sepultados. Até ao final do ano não tinha sido realizada qualquer investigação.

Forças especiais, incluindo as Brigadas Especiais Antirroubo e a SOS, cometeram uma vasta série de violações dos direitos humanos. No início de 2011, o governo estadual de Bayelsa criou a Operação Famou Tangbe – “mata e deita fora” na língua local – para combater o crime. Segundo as informações, muitos agentes envolvidos na operação foram responsáveis por homicídios, torturas e detenções arbitrárias. Os suspeitos detidos não tinham acesso aos seus advogados nem à visita de familiares.

■ A 22 de fevereiro, Dietemepreye Ezonasa, um estudante de 22 anos, foi detido no âmbito da Operação Famou Tangbe e levado para uma esquadra. A 27 de fevereiro, a polícia negou que ele estivesse sob custódia. O seu paradeiro continuava desconhecido.

■ A 11 de maio, Tochukwu Ozokwu, de 25 anos, foi detido no âmbito da Operação Famou Tangbe. No dia seguinte, a polícia disse-lhe para saltar para o rio ou ser morto a tiro. Tochukwu Ozokwu não sabia nadar e afogou-se. Não foi levada a cabo qualquer investigação.

Em setembro, o Governo Federal cancelou a Operação Famou Tangbe. As violações dos direitos humanos cometidas ao abrigo da operação continuavam por investigar. A polícia desobedecia frequentemente às ordens dos tribunais.

■ A polícia recusou libertar Mallam Aliyu Tasheku, um alegado membro do Boko Haram, depois de o tribunal ter ordenado a sua libertação sob fiança a 28 de março. Foi finalmente libertado em julho.

■ A polícia recusou entregar Chika Ibeku, que desapareceu sob custódia policial em abril de 2009, mais de um ano depois de um juiz ter ordenado a sua presença em tribunal.

A maior parte dos casos continua por investigar e punir. Alguns familiares foram ameaçados quando procuraram obter justiça.

■ Catherine Akor continuou a receber ameaças de morte depois de ter processado a polícia pelo homicídio do filho, Michael Akor, e do seu amigo Michael Igwe em junho de 2009.

## **Tortura e outras formas de maus-tratos**

Havia relatos consistentes de tortura rotineira de suspeitos pela polícia para obter informações. Confissões obtidas através de tortura foram usadas como prova nos tribunais, em violação das leis nacionais e internacionais.

## **Boko Haram**

Os ataques violentos cometidos por alegados membros da seita religiosa Boko Haram aumentaram, matando mais de 500 pessoas e visando frequentemente agentes da polícia e responsáveis governamentais. Desde junho, bares e esplanadas no norte da Nigéria foram atacados, fazendo dezenas de mortos. A situação deteriorou-se no final do ano, com relatos semanais de ataques à bomba e outros. A 31 de dezembro, o presidente decretou o estado de emergência em partes dos estados de Borno, Níger, Plateau e Yobe.

■ A 16 de junho, uma bomba explodiu no parque de estacionamento do quartel-general da Força de Polícia da Nigéria, matando pelo menos três pessoas.

■ A 28 de agosto, o Boko Haram atacou à bomba o edifício da ONU em Abuja, matando 24 pessoas e ferindo pelo menos outras 80.

■ A 4 de novembro, pelo menos 100 pessoas foram mortas em ataques à bomba em Damaturu, capital do estado de Yobe.

■ A 25 de dezembro, pelo menos 44 pessoas foram mortas em quatro ataques à bomba. Outras 37 pessoas foram mortas e mais de 50 ficaram feridas num ataque à bomba do Boko Haram contra uma igreja em Madalla, estado do Níger. Outras sete pessoas morreram em atentados à bomba em Jos, estado de Plateau, e Damaturu.

Em resposta à violência, o Governo Federal criou em junho uma Força Militar Especial (JTF) em Maiduguri, formada por unidades do Exército, Marinha, Força Aérea, Departamento de Segurança do Estado e Polícia Nacional. Após a criação desta força aumentaram os relatos de homicídios, prisões em massa, detenções arbitrárias, extorsão e intimidação por parte das forças de segurança no estado de Borno. Centenas de pessoas foram detidas. A 25 de dezembro, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos manifestou preocupação relativamente às alegações de execuções extrajudiciais por parte das forças de segurança no norte da Nigéria.

■ A 9 de julho, a JTF cercou a região de Kaleri Ngomari Custain, em Maiduguri, após um ataque à bomba do Boko Haram. As forças de segurança foram de casa em casa e, alegadamente, mataram a tiro pelo menos 25 pessoas. Muitos homens e rapazes foram dados como desaparecidos. A JTF incendiou ainda várias casas, forçando os moradores a fugir. Pelo menos 45 pessoas ficaram feridas. Várias mulheres foram alegadamente violadas pelas forças de segurança.

■ A 20 de março, Sa'adatu Umar foi detida em Bauchi e colocada sob detenção juntamente com os três filhos, todos com idades inferiores a 6 anos. Não foi acusada de qualquer crime e esteve ilegalmente detida durante vários meses, supostamente porque o marido era um alegado membro do Boko Haram. A 17 de outubro, o tribunal ordenou a sua libertação e dos filhos, e o pagamento de 1 milhão de nairas (cerca de 4.825 Euros) de compensação.

O governo não publicou os resultados de um relatório aos confrontos de julho de 2009 entre o Boko Haram e as forças de segurança, nos quais mais de 800 pessoas

morreram, incluindo 24 agentes da polícia e o líder do Boko Haram, Muhammad Yusuf. Em julho, cinco agentes da polícia suspeitos de executar extrajudicialmente Muhammad Yusuf foram acusados de homicídio e detidos.

O relatório do Comitê Presidencial sobre os Desafios de Segurança na Zona Nordeste foi apresentado ao presidente em setembro, mas não foi tornado público. O senador Ali Ndume, representante do Borno-Sul e membro do Comitê, foi detido em novembro e acusado ao abrigo da Lei Contra o Terrorismo dos crimes de ocultar informações e dar informações a um grupo terrorista. Foi libertado sob fiança em dezembro.

■ A 17 de setembro, Mallam Babakura Fugu, cunhado de Muhammad Yusuf, foi morto. Não foi realizada qualquer investigação e ninguém respondeu pelo crime perante a Justiça.

O recurso apresentado pela polícia contra o veredicto de abril de 2010 do Tribunal Superior do Estado de Borno ordenando o pagamento de uma compensação aos familiares do pai de Mallam Babakura Fugu, Alhaji Baba Fugu – que foi executado extrajudicialmente sob custódia policial em 2009 – ainda não tinha sido julgado no final do ano.

### **Violência comunal**

Continuou durante o ano a violência comunal no chamado Cinturão do Meio da Nigéria. O fracasso das autoridades em evitar a violência e proteger o direito à vida das pessoas provocou uma escalada da violência. Só no estado de Plateau, mais de 200 pessoas morreram em confrontos relacionados com antigas tensões e disputas territoriais entre diferentes grupos étnicos. A 18 de janeiro, o comandante da Força Militar Especial do Estado de Plateau deu ordens aos militares para disparar a matar. Centenas de pessoas foram mortas em ataques com motivações políticas por toda a Nigéria antes, durante e após as eleições parlamentares, presidenciais e regionais de abril. Ocorreram igualmente ameaças e intimidações com motivações políticas. O relatório do Comitê Presidencial sobre a Violência Pós-Eleitoral, apresentado ao presidente em outubro, não foi tornado público. O presidente do Comitê sublinhou o clima de impunidade na Nigéria como uma das principais causas.

■ Centenas de pessoas foram mortas em motins e ataques violentos no norte e centro da Nigéria após as eleições presidenciais. Segundo o Inspetor-Geral da Polícia, 520 pessoas foram mortas só nos estados de Kaduna e Níger.

### **Impunidade**

Centenas de pessoas foram detidas pela polícia e pelas forças de segurança por causa da violência no norte da Nigéria, mas poucas foram julgadas ou condenadas. As anteriores comissões de inquérito à violência no estado de Plateau identificaram alegados perpetradores, mas não foram abertas investigações criminais durante o ano.

### **Sistema judicial**

O sistema de justiça criminal da Nigéria continuou a debater-se com problemas de falta de financiamento, corrupção e desconfiança generalizada. Quando eram realizadas investigações, estas eram frequentemente superficiais e não assentes em informações. As forças de segurança recorriam frequentemente a detenções em massa em vez de detenções individuais baseadas em suspeitas razoáveis. Os suspeitos eram regularmente sujeitos a tratamento desumano e degradante sob detenção.

Os processos judiciais eram lentos, fazendo com que a maior parte dos detidos fossem mantidos em prisão preventiva prolongada em condições terríveis. Setenta por cento dos 48 mil reclusos da Nigéria não tinham sido julgados. Muitos aguardavam julgamento há anos. Poucos podiam pagar um advogado.

Em agosto, o Governo Federal criou um Comité para a Implementação de Reformas no Sector da Justiça, com a missão de propor legislação, diretivas e recomendações, e implementá-las no prazo de 24 meses.

### **Pena de morte**

Setenta e duas pessoas foram condenadas à morte. No corredor da morte estavam 982 pessoas, incluindo 16 mulheres. Quarenta e cinco pessoas viram as suas sentenças comutadas e 11 foram perdoadas. Não houve registo de execuções. Muitos dos reclusos no corredor da morte foram condenados na sequência de julgamentos flagrantemente injustos ou depois de passarem mais de uma década em prisão preventiva a aguardar julgamento.

Em junho, o âmbito da pena de morte foi alargado para incluir o crime de apoio a ações terroristas resultantes em mortes. Os artigos da Lei do Terrorismo eram imprecisos, demasiado abrangentes e inconsistentes com os padrões de direitos humanos para um processo adequado, privação legal da liberdade e julgamento justo. Em outubro, Mohammed Bello Adoke, Procurador Geral da Federação e Ministro da Justiça, anunciou que a Nigéria tinha introduzido uma moratória oficial às execuções. Contudo, não foi publicado qualquer documento oficial confirmando esta medida.

### **Desalojamentos forçados**

Os desalojamentos continuaram por todo o país sem que houvesse uma consulta genuína às pessoas afetadas, notificação adequada, compensação ou atribuição de alojamento alternativo. Mais de 200 mil pessoas continuaram a viver sob risco de desalojamento forçado nas comunidades ribeirinhas de Port Harcourt, no estado de Rivers.

■ A 25 de junho, centenas de pessoas foram desalojadas à força e pelo menos uma pessoa foi morta quando o Grupo Especial para o Saneamento Ambiental, acompanhado por polícias e militares armados, incendiou estruturas na comunidade e mercado de Panteka, no Território da Capital Federal. Segundo as informações, a polícia disparou para o ar, incendiou edifícios e deteve pessoas que tentavam fugir. Os moradores alegaram não terem sido previamente avisados da operação.

■ Não foi aberta qualquer investigação à morte a tiro de pelo menos 12 pessoas na margem de Bundu, Port Harcourt, em 2009, quando as forças de segurança abriram fogo sobre pessoas que protestavam pacificamente contra a proposta de demolição das suas casas.

### **Violência contra mulheres e raparigas**

A violência doméstica, a violação e outras formas de violência sexual contra mulheres e raparigas por responsáveis estatais e indivíduos continuaram a ser comuns. As autoridades não travaram nem resolveram o problema da violência sexual, nem responsabilizaram os perpetradores.

## **Direitos das crianças**

Doze dos 36 estados da Nigéria não tinham aprovado a Lei dos Direitos das Crianças. A polícia deteve frequentemente crianças de forma ilegal, incluindo aquelas que viviam nas ruas ou outros menores vulneráveis. As crianças continuaram a ser detidas juntamente com adultos nas celas das esquadras e das prisões. O único centro de detenção de menores do país continuou sobrelotado.

Não foi aberta qualquer investigação aos violentos confrontos de 29 de dezembro de 2009 em Bauchi, nos quais foram mortas 22 crianças. Segundo as informações, muitas foram mortas a tiro pela polícia.

## **Liberdade de expressão**

Foi notório um padrão de intimidação e ataques contra defensores dos direitos humanos e jornalistas, com vários a serem ameaçados, espancados ou detidos pela polícia e pelas forças de segurança. Os políticos usaram cada vez mais a sua influência para garantir a detenção de pessoas que criticassem as autoridades.

■ Em janeiro, Patrick Naagbantou, coordenador do CEHRD, uma ONG nigeriana de defesa dos direitos humanos, recebeu várias ameaças de morte.

■ A 9 de novembro, Justine Ijeoma, diretor da ONG Fundação dos Direitos Humanos, Desenvolvimento e Ambiente Social (Hursdef), foi detido após intervir para impedir que um agente da polícia espancasse uma mulher. Foi libertado após ter estado detido durante várias horas. Tanto ele como os funcionários da ONG foram ameaçados pela polícia ao longo do ano.

■ Em outubro, Osmond Ugwu, um defensor dos direitos humanos do estado de Enugu, e Raphael Elobuike, foram detidos durante um encontro sindical pacífico em Enugu depois de terem defendido a criação de um salário mínimo. Foram posteriormente acusados de conspiração para cometer homicídio e tentativa de homicídio. Em dezembro, o Procurador Geral deslocou-se pessoalmente a tribunal para manifestar a sua oposição à libertação sob fiança dos dois ativistas. O juiz adiou a decisão sobre a sua libertação sob fiança para janeiro de 2012.

## **Delta do Níger**

Apesar da amnistia presidencial de 2009 para os membros de grupos armados, os bandos armados continuaram a sequestrar trabalhadores petrolíferos e a atacar instalações petrolíferas. As forças de segurança, incluindo o exército, continuaram a cometer violações dos direitos humanos.

■ Não foi aberta qualquer investigação ao ataque do JTF contra a comunidade Ayakoromo em 2010, em que foram mortas até 51 pessoas, incluindo crianças, e incendiadas pelo menos 120 casas.

A poluição e os danos ambientais causados pela indústria petrolífera continuaram a ter um grave impacto sobre a vida das pessoas e os seus meios de subsistência. Contudo, as comunidades afetadas continuaram a não ter acesso a informações cruciais sobre o impacto local da indústria petrolífera.

As leis e regulamentos ambientais eram deficientemente aplicados, em parte devido aos conflitos de interesse das agências governamentais.

■ A comunidade Bodo moveu um processo judicial no Tribunal Superior do Reino Unido contra a Shell Petroleum Development Company, exigindo compensação e limpeza na sequência de dois grandes derrames de petróleo ocorridos em 2008.

■ Em agosto, o Programa da ONU para o Meio Ambiente revelou os devastadores efeitos humanos e ambientais de décadas de derrames de petróleo em Ogoniland. O Programa apurou que a contaminação era generalizada e grave, e afirmou que as pessoas do Delta do Níger estavam expostas a ela há décadas.

■ A 20 de dezembro, de acordo com a Shell "menos de 40 mil barris" de petróleo vazaram para o oceano Atlântico no campo petrolífero da empresa, ao largo da costa, em Bonga.

### **Direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero**

Continuaram os abusos dos direitos humanos contra pessoas suspeitas de relações homossexuais ou identidade de gênero não convencional. Em dezembro, o Senado aprovou uma proposta de lei impondo uma pena de 14 anos de prisão para os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Qualquer pessoa ou grupo que "testemunhasse, encobrisse ou ajudasse a celebração de um casamento ou união entre pessoas do mesmo sexo" ou "apoiasse" grupos homossexuais, "desfiles ou encontros", enfrentava uma pena de 10 anos de prisão. A mesma pena podia ser aplicada à "demonstração pública de relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo" e a quem registasse clubes homossexuais ou organizações de defesa dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais ou transgênero.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Nigéria em janeiro/fevereiro, maio, junho/julho, agosto, outubro, novembro e dezembro.

📄 Loss of life, insecurity and impunity in the run-up to Nigeria's elections (AFR 44/005/2011)

📄 Nigeria: Human rights agenda 2011-2015 (AFR 44/014/2011)

📄 The True "Tragedy": Delays and failures in tackling oil spills in the Niger Delta (AFR 44/018/2011)